

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Atento à evolução da floresta portuguesa, nas suas diferentes dimensões – económica, social e ambiental – e à ação dos diversos agentes privados e públicos na concretização dos objetivos de política, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a promover um conjunto de audições no âmbito da política florestal.

Além disso, após mais um ano difícil em termos de incêndios florestais e no âmbito da Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República, foram ouvidos os Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e da Administração Interna.

Em resultado destas audições, algumas conclusões merecem especial destaque:

(1) é preciso valorizar os produtos florestais e melhorar a distribuição do valor acrescentado ao longo das fileiras florestais, por forma a estimular uma melhor gestão silvícola;

(2) é preciso simplificar processos, ao mesmo tempo que se devem implementar os instrumentos de ordenamento florestal;

(3) é preciso agilizar o enquadramento e concretizar de forma mais eficaz os apoios ao associativismo e às Zonas de Intervenção Florestal;

(4) é preciso fazer uma aposta decisiva na prevenção estrutural e continuar a melhorar o dispositivo de combate aos incêndios florestais, nomeadamente em situação de fogo ampliado.

Nesta perspetiva, entende-se que o papel dos municípios é fundamental, nomeadamente na prevenção estrutural, dando execução aos Planos

Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Ora, questionada a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre o assunto, ficou a certeza de que neste momento não existe um levantamento exaustivo sobre a situação destes planos no terreno, em matérias tão simples como apercentagem de faixas de gestão de combustível executadas relativamente ao que está previsto nos aludidos PMDFCI.

A alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato». Por outro lado, o n.º 3 do artigo 155.º e o n.º 3 do artigo 12.º do Estatuto dos Deputados preveem que «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas».

Por último, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder, conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito.

Assim, nos termos e fundamentos que antecedem, os Deputados signatários vêm requerer a resposta às seguintes questões:

1. Qual é a área florestal e as principais espécies florestais desse Concelho?
2. Quantos quilómetros estão previstos e quantos foram executados da Rede de Faixas de Gestão de Combustível, nomeadamente das redes primária e secundária?
3. Quantos pontos de água estão previstos e ativos nesse Concelho?
4. Qual foi o investimento realizado em prevenção estrutural nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, nomeadamente ao nível da rede primária e da rede secundária?
5. Qual o investimento previsto para 2013 e 2014?
6. Qual é o investimento total necessário para a concretização plena das obras da responsabilidade desse Município no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios?
7. Quais as dificuldades que identifica para a execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e qual a avaliação custo-benefício da sua concretização plena?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 26 de Novembro de 2012

Deputado(a)s

MIGUEL FREITAS(PS)

ISABEL SANTOS(PS)

FERNANDO JESUS(PS)

Deputado(a)s

JORGE FÃO(PS)

MANUEL SEABRA(PS)

RENATO SAMPAIO(PS)

ROSA MARIA BASTOS ALBERNAZ(PS)

ACÁCIO PINTO(PS)

JOÃO PAULO PEDROSA(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)

PAULO RIBEIRO DE CAMPOS(PS)

RUI JORGE SANTOS(PS)